



Prefeitura Municipal do Salvador
Secretaria Municipal do Planejamento

SEPLAM

CTL-131

PROIBIDO EMPRÉSTIMO

PARQUES DE SALVADOR

Proposta de Revitalização/Utilização

CTL-141

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
1384	26, 10, 92	
N.º Reg	Data	

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

MÁRIO DE MELLO KERTÉSZ

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

FERNANDO ANTONIO GONÇALVES ALCOFORADO

Secretário

DUOP - Departamento de Urbanismo Operações e Projetos

WILSON ANGELIM

Diretor

RICARDO KERSTEN

IRENICE SOUZA ALMEIDA

ANA LÚCIA ARAGÃO

GT Parques da Cidade

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Diagnósticos e Propostas de Estudos e Intervenções
3. Cronograma
4. Mapa de Localização

1. INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente diagnóstico e respectiva proposta de estudos e intervenções físicas e institucionais vem atender às diretrizes do documento "Programas Municipais" da Prefeitura, que confere à SEPLAM, conjuntamente com a SPE - Secretaria de Projetos Especiais, a coordenação dos projetos de criação e revitalização de uso dos Parques da Cidade.

Neste sentido, procedeu-se inicialmente à seleção destas áreas que, por sua importância ecológico-paisagística e cultural, por seu consagrado potencial recreativo ou pela carência por áreas de lazer verificada em determinados setores urbanos, deveriam ser prioritariamente contemplados por estas intervenções.

Assim elegeu-se, para uma primeira etapa de trabalhos, um conjunto de 6 áreas de Parque existentes ou a serem ainda institucionalizadas, situados em diversos setores da cidade e com características bastante diferenciadas em termos de sua vocação natural, quais sejam:

1. PARQUE DAS LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ, regulamentado pela Lei Municipal nº 3551/85, necessita urgente intervenção de ordem física/paisagística, com a finalidade de frear e reverter o acelerado processo de degradação ambiental que vem sofrendo, notadamente a partir dos últimos 6 anos.
2. PARQUE DO JAGUARIBE, a ter sua área ainda a ser definida e institucionalizada, de modo a garantir uma satisfatória imagem ambiental da faixa de borda litorânea entre Patamares e Itapuã, harmonizando a ocupação da área por parte de empreendimentos imobiliários e turísticos com a oferta de espaços abertos destinados ao lazer e à recreação de toda a comunidade de Salvador.
3. PARQUE DA MATA DOS OITIS, atualmente utilizada como Horto Florestal da Prefeitura, sugerindo-se a sua transformação em Jardim Botânico, de modo a ampliar as possibilidades de uso recreativo em ambientes naturais da densa população

dos bairros de Pau da Lima, Sussuarana e Cajazeira, entre outros situados na área do Miolo da cidade.

4. PARQUE DA CIDADE, que deverá merecer um "cuidadoso estudo de revitalização de uso e recuperação de seus equipamentos.
5. PARQUE SÃO BARTOLOMEU, institucionalizado pelo Decreto Municipal nº 5.363/81, apresenta sua exuberante vegetação na tiva e seu significativo potencial histórico, cultural e religioso ameaçado pela progressiva depredação ambiental, provocada por usos inadequados e pela falta de controle sistemático.
6. PRAÇA MONTEIRO LOBATO, a ser implantada no bairro de Lobato, ressaltando o obelisco erigido pela PETROBRÁS na década de 40, comemorativo à descoberta de petróleo em solo brasileiro.

A par do aspecto histórico/cultural, esta praça também irá contribuir para ampliar as escassas possibilidades de la-
zer da população do bairro..

Os parques do Aeroclube e de Pituaçu, nominalmente expressos no documento "Programas Municipais", não foram no entanto in-
cluídos nesta proposta de trabalho, por já se encontrarem em estágio de projeto e implantação bastante avançados, não requerendo, a esta altura, a participação da SEPLAM nos eventuais estudos de determinação de diretrizes de ocupação e utili-
zação.

O projeto do Parque do Aeroclube, que vinha sendo administrado pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia passou, por determinação do Executivo Municipal, a ser desenvolvido por sua Secretaria de Projetos Especiais, que se ocupa de novos estudos de concepção desde o início do corrente ano, enquanto o Parque de Pituaçu, sob total responsabilidade da CONDER, já conta com um plano físico de boa qualidade urba-
nística concluído e diversos equipamentos implantados. No momento, a CONDER aguarda recursos do FINEP para iniciar licita-
ções dos projetos executivos complementares.

2. DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS DE
ESTUDOS E INTERVENÇÕES

PARQUE DAS LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ

1. LOCALIZAÇÃO

Limitado a oeste pela mancha urbana formada pelo bairro de Itapuã e Nova Brasília, ao norte pela linha do Decreto Estadual 28.280, que define a área necessária à expansão da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto 2 de Julho, a leste e ao sul pelos loteamentos Alamedas da Praia, Jardim Encantamento, Pedra do Sal e Editora Abril.

2. SUPERFÍCIE

Parque do Abaeté: 255,17 hectares

Áreas de uso especial no entorno imediato

Área de Proteção Visual: 222,14 hectares

Área de Expansão do Aeroporto: 617,693 hectares.

Área de Proteção Sócio-ecológica de N.Brásília: 32,67 hectares .

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Prefeitura de Salvador 65

INOCOOP129

Loteamento Jardim Encantamento 7

Santa Fé Engenharia Ltda 36

Patente Incorporações Ltda 18

TOTAL

255 hectares

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

- Lei Municipal nº 3.551/85, de 29/10/85, que delimita a área do Parque das Lagoas e Dunas do Abaeté e define normas de uso e ocupação do solo para suas áreas de entorno imediato.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Parque do Abaeté caracteriza-se por uma magnífica paisagem natural, constituída por sedimentos de planícies e cordões litorâneos de restinga, que se originaram no período geológico Quaternário, com cerca de 1 milhão de anos de idade.

O seu peculiar sistema de dunas brancas é revestido por diversos espécimes vegetais agrestes salientando-se arbustos esparsos, algumas palmeiras, mandacarus, xique-xiques, cabeças-de-frade, plantas da família das bromeliáceas e inúmeras variedades de orquídeas.

6. OCUPAÇÃO ATUAL

- Área de entrada do Parque urbanizada com inadequado agenciamento paisagístico, existência de diversas barracas comerciais na faixa de areia junto às margens da lagoa do Abaeté, mirante e respectiva pista de acesso, onde se situa um barracão da SPJ, responsável pela manutenção e vigilância do Parque;
- Densas ocupações espontâneas por camadas carentes da população nos locais denominados como Invasão de Olhos d'Água (cerca de 270 habitações), situada no entorno imediato Sul da Lagoa e Alto do Macaco (aproximadamente 250 residências), no entorno Norte da Lagoa do Abaeté, esta última originada por um loteamento fraudulento empreendido pela firma EMPAIC (ex. PROMOR).

7. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

- Plano de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Parque Metropolitano do Abaeté, elaborado pelo então OCEPLAN em 1979.
- Estudo Preliminar de urbanização, elaborado pela SPJ em Janeiro de 1984.
- Programa de intervenções imediatas e proposta de diretrizes gerais para o Plano de Utilização do Parque do Abaeté, resultado do Seminário Técnico organizado e realizado pela SEPLAM em junho de 1986.

8. VOCAÇÕES

A Lagoa do Abaeté e seu entorno imediato, emoldurado pela primeira linha de dunas altas tem sido nos últimos anos intensamente utilizado para fins de lazer e recreação, constituindo-se inclusive como importante polo de atração turística da Cidade de Salvador.

Esta destinação natural deve ser incentivada, criando-se no entanto as condições indispensáveis ao disciplinamento do uso, no sentido de preservar e recompor o seu frágil ecossistema.

Todo o restante da área detém importante interesse ecológico e deve ser rigorosamente preservado, permitindo-se somente o exercício de atividades ligadas à pesquisa biológica e ao lazer contemplativo, de maneira ordenada e dirigida.

9. RESTRIÇÕES

Além da grave questão das ocupações habitacionais espontâneas na área, responsáveis por uma depredação ambiental de difícil recuperação, salientam-se uma série de outros problemas a seguir descritos:

- Impossibilidade atual de expansão dos limites da área de preservação rigorosa do Parque, compreendida entre a poligonal de expansão do Aeroporto 2 de Julho e loteamentos a provados pela Prefeitura;
- Inoperância do sistema de vigilância e fiscalização da área, acarretando contínuo desmatamento e retirada ilegal de areia para fins de construção civil;
- Inadequada localização de barracas comerciais e falta de estacionamento formal, que contribuem para a progressiva degradação da área de entorno imediato da Lagoa do Abae tê, que também sofre os efeitos poluidores diretos ocasionados por despejo de esgotamento sanitário em suas águas.
- Dificuldade de integralizar toda a área do Parque ao Patrimônio público municipal, cujos terrenos particulares podem, no entanto, tornar-se objeto de negociações alternativas junto aos seus proprietários;
- Generalizada carência de equipamentos comunitários básicos.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Cadastramento das habitações no interior da área do Parque;
- Seleção de terreno e projeto executivo para loteamento popu-

lar na região de Itapuã/Rótula do Aeroporto, com a finalidade de abrigar cerca de 350 famílias ocupantes da Invasão de Olhos d'Água, além de outras dispersamente situadas dentro dos limites do Parque;

- Programa de fixação e posse dos terrenos para cerca de 100 famílias residentes no local denominado como Alto do Macaco, com consequente exclusão desta área dos limites do Parque do Abaeté;
- Campanha de conscientização ecológica para esta população, no sentido de possibilitar a preservação ambiental e evitar o alastramento desta ocupação;
- Deflagração das medidas judiciais cabíveis no sentido de impedir o prosseguimento ilegal da venda de terrenos por parte da firma EMPAIC;
- Deflagração urgente de obras alternativas de drenagem, de modo a coibir o lançamento de esgoto sanitário de casas situadas na entrada do Parque diretamente nas águas da lagoa do Abaeté;
- Análise do Estudo de Impacto sobre as Dunas e do Estudo de Demanda Aeroportuária, elaborados pela CECIA - Comissão de Estudos da Coordenação de Infraestrutura Aeroportuária do Ministério da Aeronáutica, realizados em 1981, para comprovar a real necessidade de expansão das instalações do Aeroporto 2 de Julho atualmente;
- Negociações com os proprietários de terrenos particulares no entorno do Parque, visando a sua anexação à Área de Preservação Rigorosa, mediante adoção de medidas alternativas de pagamento (permuta por outras áreas, isenção de impostos, etc);
- Elaboração de uma base cartográfica atualizada da ocupação da área;
- Elaboração do Plano de Utilização do Parque do Abaeté, que se verá propor, principalmente, um zoneamento básico da área e a localização apropriada dos equipamentos comunitários necessários;

- Elaboração de projetos executivos dos equipamentos necessários, destacando-se entre eles:
 - Anfiteatro ao ar livre;
 - Sede administrativa;
 - Estacionamentos;
 - Urbanização de área para localização das barracas comerciais;
 - Horto;
 - Museu;
 - Caminhos de pedestres
 - Agenciamento paisagístico;
- Deflagração das demais medidas propostas no Seminário sobre o Parque do Abaeté, realizado em junho de 1986.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das ações e Plano de Utilização

SEMADE - Co-participação na elaboração do Programa de intervenções.

SETHA - Remanejamento das habitações;

CDS - Cadastramento e campanha de conscientização ecológica;

FAEC - Execução de Projetos Executivos;

SESP - Cadastramento e remanejamento das barracas comerciais;

SPJ - Coordenação administrativa do Parque;

POLÍCIA FLORESTAL - Co-participação no sistema de segurança e vigilância

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - Deflagração das medidas jurídicas.

1. LOCALIZAÇÃO

A área proposta para a elaboração de um estudo abrangente de ordenamento do uso do solo, normatização de parâmetros urbanísticos e onde deverá se inserir o Parque do Jaguaribe, a ser delimitado por este projeto, situa-se na área de borda de Salvador, entre as Avenidas Paralela, Pinto de Aguiar, Otávio Mangabeira e a mancha de ocupação urbana de Itapuã, à margem esquerda da Avenida Dorival Caymmi no sentido Sereia - 1ª Rótula do Aeroporto.

2. SUPERFÍCIE

A área em estudo anteriormente descrita perfaz cerca de 1260 hectares. Estima-se que o Parque do Jaguaribe venha a se constituir por uma superfície entre 300 e 500 hectares, devendo a área remanescente ser dividida em zonas de entorno imediato, com parâmetros próprios e específicos de uso e ocupação do solo.

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Deverá ser elaborado, no contexto deste trabalho, o cadastramento das propriedades e levantamento preciso de todos os empreendimentos existentes na área.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

- Definida pelo PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como área necessária à implantação de Parque Setorial do município, não se encontra até o momento protegida por qualquer lei ou decreto específico que a configure como sendo de utilidade pública para este fim.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O terreno se apresenta em forma de um extenso vale recoberto por vegetação rasteira, que se espalha ao longo de braços do Rio Jaguaribe.

Grande parte da área ainda se encontra totalmente preservada em sua natureza original, enquanto diversos terrenos já estão comprometidos por empreendimentos habitacionais e recreativos, além de ocupações espontâneas por camadas de população carente, conforme se descreve a seguir.

6. OCUPAÇÃO EXISTENTE

- Conjuntos Habitacionais: Conhageba, CohContabil, Condomínio Vale do Jaguaribe, - COHAP, Conhembasa, COHASE.
- Loteamentos: Patamares, Jardim Gantois, Jardim Jaguaribe, Parque Costa Verde, Jardim Piatã, Jardim Placaford, Colinas da Fonte, ABB.
- Clubes e Associações: Campomar, SESC, Costa Verde, Estãncia Verde Oliva, Grêmio Esportivo Aratu, Associação Nipo-Brasileira.
- Cemitério São Francisco
- Invasões: Coqueirinho e 17
- Fazenda Cruz e áreas de chácaras.

7. VOCAÇÃO

A área a ser delimitada especificamente para a implantação do Parque do Jaguaribe deverá ser decretada como de preservação rigorosa, destinando-se unicamente ao desenvolvimento de atividades voltadas ao prazer, à recreação e ao turismo, como extensão natural da infraestrutura implantada pelo Projeto de Valorização da Orla Marítima.

8. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

Está no momento sendo elaborado pela SEPLAM o estudo da faixa de orla marítima entre a Pituba e o limite do município de Lauro de Freitas, com a finalidade de definir a imagem ambiental urbana adequada, que resultará do uso e da ocupação da área por parte de empreendimentos privados e de intervenções físicas e institucionais por parte do Poder público.

9. RESTRIÇÕES

A delimitação e institucionalização do Parque do Jaguaribe deverá, juntamente com a prescrição de normas e critérios de ocupação para suas áreas de entorno imediato, constituir-se em medida fundamental no sentido de ampliar as condições de lazer e recreação da população e garantir uma imagem ambiental de alta qualidade para a extensa faixa de borda da orla marítima no trecho entre a Av. Pinto de Aguiar e Itapuã.

Torna-se necessário, no entanto, que se inicie um amplo debate público, incluindo-se no trato desta questão tanto os proprietários dos terrenos e a iniciativa privada interessada em investimentos turísticos e imobiliários, quanto as entidades de classe e representantes da comunidade.

Este processo de discussão objetiva a harmonização dos diversos interesses envolvidos, de modo a equacionar convenientemente a divisão do espaço entre massas construídas e áreas verdes a serem preservadas para o usufruto público.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Levantamento da situação fundiária, cadastramento da ocupação existente e elaboração de planta cadastral atualizada;
- Estudo de imagem ambiental urbana da orla marítima, neste trecho;
- Promoção de seminários técnicos e negociações com os proprietários de terrenos;
- Proposta de delimitação do Parque do Jaguaribe e suas áreas de entorno imediato, acompanhada de respectiva prescrição de índices urbanísticos, para efeito de elaboração de Lei Institucional;
- Elaboração do Plano de utilização do Parque do Jaguaribe.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das ações/Promoção de seminários técnicos e negociações.

SEPLAM/SETHA - Cadastramento da situação fundiário e ocupação existente.

SEPLAM - Estudos de imagem ambiental urbana, delimitação do Parque e áreas de entorno, prescrição de índices urbanísticos, elaboração de projeto-de-lei, Plano de Utilização.

FAEC - Projetos executivos dos equipamentos na área do Parque.

PARQUE DA MATA DOS OITIS

1. LOCALIZAÇÃO

A área da Mata dos Oitis localiza-se à margem da Estrada de São Marcos, que liga a Avenida Paralela ao bairro de Pau da Lima, defronte ao entroncamento com a via de acesso a Campinas.

2. SUPERFÍCIE

O terreno, limitado pela Estrada de São Marcos, córregos de fundos de vale e pelo Loteamento Colinas de Pituaçu (CEPEL) perfaz uma área de cerca de 166.000m².

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O terreno da Mata dos Oitis é de domínio pleno da Municipalidade, tendo o antigo Sítio Baden Powell sido desapropriado pela Prefeitura em 1973.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

- Decretos Municipais nº 4524 de 01/11/73 e nº 4551 de ... 23/11/73, que determinam tombamento para fins de incorporação ao Sistema de Áreas Verdes do Município, das áreas de propriedade particular e do domínio público.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Constituído por um platô no trecho de entrada da área, junto à Estrada de São Marcos, o terreno passa a apresentar uma declividade acentuada, descendo em direção aos fundos de vale onde correm dois pequenos afluentes do Rio Pituaçu.

Recoberta por uma exuberante vegetação, formada por uma expressiva variedade de espécimes arbustivos tais como palmeiras, oitis e plantas ornamentais, o sítio se apresenta ainda totalmente indevassado, sob a administração e vigilância da SPJ.

6. OCUPAÇÃO ATUAL

Utilizado atualmente como Horto Florestal, são aí desenvolvidos serviços de multiplicação e transplante de espécimes, coleta de material botânico, serviço fito-sanitário, plantio de mudas e comercialização de plantas em geral.

Este tipo de utilização não se vem mostrando adequado para a área, devido aos problemas decorrentes principalmente da acentuada topografia e de sua própria característica de mata fechada, que dificultam a conservação e manutenção de viveiros de plantas.

Funcionam no terreno, pequenas edificações de almoxarifado e residência provisória para três funcionários.

7. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

A SPJ propõe a transformação da área em Jardim Botânico, proposta esta incorporada às diretrizes do Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador, elaborado pela SEPLAM em 1983/84.

8. VOCACÕES

Dotada de significativa importância cultural e ecológica, a área deveria ser aberta permanentemente para o público em geral, organizada e infraestruturada como Jardim Botânico, oferecendo desta maneira a opção alternativa de lazer e recreação para a densa população dos bairros circunvizinhos, como Pau da Lima, Sussuarana, Cajazeira, etc., extremamente carentes de áreas livres para este fim.

9. RESTRIÇÕES

Ressalta-se como único problema importante a falta de cerca em torno da área, para delimitar e impedir eventuais invasões, que ocorrem com a finalidade de roubar espécimes vegetais.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Seleção de área alternativa no município de Salvador, para a relocação do Horto Florestal atualmente em funcionamento no terreno;
- Projeto executivo de instalações e agenciamento paisagístico/biológico necessários à implantação do Jardim Botânico.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das ações

SETHA/SPJ - Relocação do Horto Florestal

FAEC - Projetos executivos das instalações

SPJ - Acompanhamento do projeto/Manutenção da área

CONSULTORIA - 1 arquiteto paisagista

1 biólogo.

PARQUE DA CIDADE

1. LOCALIZAÇÃO

Localiza-se à Avenida Antonio Carlos Magalhães, entre o terreno da PETROBRÁS e a via de acesso ao bairro de Santa Cruz.

2. SUPERFÍCIE

A área original perfazia 720.000m² tendo sido desmembradas, ao longo dos últimos anos, algumas pequenas parcelas de terreno para a implantação de creche, posto médico e campo de futebol.

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Anteriormente pertencente à PITUBASA - Pituba Imobiliária S/A, o terreno constitui-se na atualidade como integrante do patrimônio público municipal.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

- Decreto municipal nº 4.522 de 31/10/73, que declara de utilidade pública e desapropria em regime de urgência o terreno necessário à implantação do Parque da Cidade.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Extensa parte do terreno permanece com sua natureza original preservada, composta por mata nativa, árvores de grande porte e brejos recobertos por vegetação.

A área urbanizada mereceu especial agenciamento paisagístico, tendo sido suas colinas recobertas por grama e tendo sido introduzidos diversos espécimes arbóreos de médio e grande porte.

6. OCUPAÇÃO ATUAL

O Parque da Cidade, além de completo agenciamento paisagístico, onde não faltam trilhas de pedestres e áreas especi-

ais destinadas ao lazer contemplativo, possui também uma série de equipamentos, a saber: sede administrativa, sede da LAR e do NEASC (núcleo de artes ligado à Secretaria de Educação), sanitários públicos, cantina, equipamentos esportivos, parque infantil e anfiteatro.

7. VOCAÇÃO

O Parque da Cidade destina-se naturalmente ao lazer contemplativo e ativo, sendo possível exercer-se em suas dependências, atividades esportivas e culturais, como feiras de artesanato e teatro ao ar livre.

8. RESTRIÇÕES

Diversos equipamentos, como quadras esportivas, brinquedos infantis e o próprio anfiteatro estão a merecer urgente recuperação, salientando-se ainda a necessidade de complementação da cerca que envolve o terreno, para evitar usos indevidos e facilitar a vigilância policial.

9. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

Inexistem.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Recuperação dos equipamentos deteriorados;
- Complementação da cerca em torno da área do Parque;
- Elaboração de pesquisa local de opinião pública, no sentido de proceder coleta de sugestões para implantação de novos equipamentos esportivos, culturais e voltados ao lazer, além de promoção de atividades afins;
- Elaboração de Programa de complementação e implantação de equipamentos e atividades.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das ações

SPJ - Co-participação no Programa de Intervenções

FAEC - Projetos executivos de novos equipamentos.

PARQUE SÃO BARTOLOMEU

1. LOCALIZAÇÃO

Integrante da Zona de Proteção Ecológica do Parque Metropolitano de Pirajá, localiza-se no estuário da Bacia do Cobre (Enseada do Cabrito), à margem direita da Avenida Suburbana no sentido Calçada-Paripe.

2. SUPERFÍCIE

Parque de São Bartolomeu: 75 hectares

Parque Metropolitano de Pirajá: 1.550 hectares

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

O terreno pertence integralmente à Municipalidade, tendo sido desapropriado à Cia. do Progresso União Fabril da Bahia através do Decreto nº 4.590 de 21/02/74, de forma amigável.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

O Parque São Bartolomeu inclui-se no Plano Geral das áreas da Represa do Rio do Cobre e do Sítio Histórico de Pirajá, definidos pelo Decreto Municipal 5.363 de 28/04/81.

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Sítio do Parque compreende a área do baixo curso do Rio do Cobre, proveniente da Represa do Cobre, que entrecorta o seu relevo formado por colinas e espigões revestidos por uma notável parcela remanescente da floresta tropical antigamente denominada por Mata do Urubu.

O Rio do Cobre precipita-se de uma altura de 20 metros, originando a Cachoeira de São Bartolomeu e recebe as águas de 2 afluentes menores, dentro da área do Parque, que também conformam diversas quedas d'água, (que também conformam diversas quedas d'água,) indo finalmente lançar-se ao mar na Enseada do Cabrito.

A densa vegetação constitui-se por árvores de grande porte que contrastam pitorescamente com o manguezal arbustivo que recobre o pequeno estuário do Rio do Cobre. Além da mata e das cachoeiras, ressaltam-se ainda um invulgar sistema de grandes rochas e um pomar, remanescente da antiga Chácara Santa Barbara.

6. OCUPAÇÃO ATUAL

- Depósito de compra e venda de sucata junto à Avenida Suburbana, que prejudica o visual da entrada do Parque e contribui para a progressiva depredação de sua vegetação;
- Inadequada instalação de 33 barracas que se dedicam à comercialização de bebidas alcóolicas, no local denominado de Bacia de Oxum. Servindo também como residência para seus proprietários foram todas, no período entre os últimos 2 e 6 anos, contempladas com inscrição na Divisão de Mercados da SESP/PMS;
- Existência de mais 2 barracas similares mas não inscritas na SESP, situadas defronte à cachoeira de São Bartolomeu;
- Antiga ocupação de parte do setor leste da área do Parque por 83 famílias, residentes em casas de alvenaria e taipa, quase todas em estado bastante precário de conservação;
- Implantação de 2 pistas desativadas de aeromodelismo no setor norte da área uma circular com 50m de diâmetro e outra retangular, com extensão de 120m;
- Equipamentos implantados, a partir de estudos de urbanização elaborados pelo então OCEPLAN em 1974/75, a saber:
 - Pista de acesso ao Parque, a partir da Avenida Suburbana;

- Caminho de pedestres, em solo-cimento, ligando a Bacia de Oxum à Cachoeira do Cobre;
- Escadaria de seixos rolados ao longo da cachoeira do Cobre;
- Praça do Cobre;
- Ponte de madeira, sobre o rio do Cobre;
- Casa de culto em alvenaria defronte à Cachoeira de São Bartolomeu, utilizada atualmente como sede administrativa do Parque.

7. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

- Levantamento da importância histórica, religiosa e ecológica da área do Parque, Diagnóstico da situação física e Propostas de intervenção, elaborados pelo OCEPLAN no ano de 1980, em convênio com a Fundação Nacional Pró-Memória, através do Projeto MAMNBA - Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia.
- Propostas de intervenção imediata, encaminhadas ao Executivo Municipal através da SPJ em 1983.
- Projeto de urbanização para o Parque, elaborado pela SEPLAM, com base nas propostas anteriores e encaminhado ao Banco Mundial para fins de financiamento através do Programa MINTER-RMS, em 1984.

8. VOCAÇÕES

A exuberante beleza paisagística do Parque, que propicia inusitadas condições para a recreação e o lazer, soma-se à sua importância cultural e religiosa, alicerçada em raízes históricas que remontam à época das lutas anti-escravagistas empenhadas por grupos de nações negras no século passado, sendo a área utilizada até os dias de hoje como santuário natural dos cultos e ritos afro-brasileiros.

9. RESTRIÇÕES

- Ocupações residenciais e comerciais inadequadas, anteriormente citadas no item 6 deste diagnóstico;
- Desmatamento indiscriminado da área em torno da nascente de um dos afluentes do Rio do Cobre, dentro da área do Parque;
- Poluição por dejetos domésticos ao longo do curso de outro afluente do Rio do Cobre, conhecido como riacho Manê Dendê;
- Poluição por esgotamento sanitário proveniente do conjunto habitacional Ilha Amarela, dos riachos que originam as cachoeiras de Oxum e Nanã;
- Eventuais alagamentos de áreas baixas no interior do Parque, motivados pela sistemática abertura das comportas da Represa do Cobre;
- Generalizada carência de equipamentos e serviços de infraestrutura em toda a área do Parque, que termina provocando a sua degradação ambiental, impedindo sua utilização e agravando suas condições de insegurança.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Cadastramento das habitações no interior da área do Parque;
- Cadastramento das atividades comerciais;
- Levantamento de área disponível e adequada no interior do Parque, para possível remanejamento das barracas comerciais;
- Estudo de adequação da poligonal do Parque à ocupação habitacional existente;
- Levantamento de áreas ou programas habitacionais nas proximidades do Parque, para possível relocação destas habitações;
- Equacionamento da questão da destinação do esgotamento sanitário de loteamentos particulares, responsável pela poluição do ecossistema hídrico da área;

- Projeto de urbanização da Praça de Oxum;
- Remoção das pistas de aeromodelismo e consequente programa de reflorestamento;
- Estudos para destinação de local e projetos de implantação de equipamentos, entre eles: sede administrativa, sanitários públicos, estacionamentos, módulos policiais, sistemas de água encanada, iluminação pública e esgotamento sanitário, fechamento da área do Parque com cerca e caminhos lineares que facilitem a vigilância policial;
- Estudo geral de drenagem.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das Ações e Plano Geral de Utilização.

FUND. GREGÓRIO DE MATTOS - Co-participação na elaboração do Programa de intervenções.

CDS - Cadastramento das habitações

SETHA - Remanejamento das habitações

FAEC - Execução dos Projetos Executivos

SESP - Remanejamento das barracas comerciais

SPJ - Administração do Parque

POLÍCIA FLORESTAL - Co-participação no sistema de segurança e vigilância.

SEMADE - Consultoria Geral

MAMNBA - Consultoria Geral

PRAÇA MONTEIRO LOBATO

1. LOCALIZAÇÃO

A área em estudo situa-se no bairro de Lobato, entre as ruas AK do Loteamento Jardim Lobato e Rua Voluntários da Pátria, esta última paralela aos trilhos da RFFSA, que correm ao longo das margens da Enseada dos Tainheiros.

2. SUPERFÍCIE

O terreno engloba, além da praça a ser delimitada no contexto do presente projeto, uma área de entorno imediato que deverá ser devidamente urbanizada, perfazendo um total de cerca de 16.000m².

3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A praça deverá ser implantada na área verde do Loteamento Jardim Lobato, de propriedade do Município de Salvador.

A área de entorno, que deverá receber melhoramentos urbanos, com a finalidade de facilitar o acesso e otimizar a utilização da praça, compreende parte das ruas AK e AC e quadras de nº 22 e 24, ocupadas de forma espontânea e irregular.

4. SITUAÇÃO JURÍDICA

- Decreto Municipal nº 1121, de janeiro de 1953, que aprova o Loteamento Jardim Lobato

5. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

- O terreno é constituído por uma vegetação já bastante degradada, cercada por ocupações habitacionais de baixa e média renda, não apresentando maior relevância do ponto de vista do interesse ecológico.

Ressalte-se somente a existência de uma mangueira adulta no centro da área, que produz sombra sobre o obelisco erigido pela PETROBRÁS, comemorativo à descoberta de petróleo em solo brasileiro.

6. OCUPAÇÃO ATUAL

Nesta área foi perfurado com sucesso, na década de 40, o primeiro poço de petróleo do Brasil, fato que mereceu a instalação de um obelisco comemorativo, com cerca de 5 metros de altura, em cuja base foram inscritos em relevo o símbolo das Armas Nacionais e o perfil do ex-presidente Getúlio Vargas.

Em torno deste monumento, instalaram-se irregularmente cerca de 12 habitações, constituídas algumas por 2 pavimentos, todas em alvenaria. Junto ao limite a leste do terreno funciona uma oficina de automóveis.

7. PLANOS E PROJETOS EXISTENTES

Com a finalidade de revitalizar a área em torno do obelisco, existe a intenção da PETROBRÁS, expressa no processo administrativo nº 0437/86, de colaborar com a Prefeitura na divisão das responsabilidades de implantação e manutenção da praça.

A PETROBRÁS já implantou, inclusive, o sistema de drenagem da rua Voluntários da Pátria e pretende assumir pessoalmente as obras de pavimentação, que irão também favorecer os moradores das casas situadas entre esta rua e a linha férrea da RFFSA, às margens da Enseada dos Tainheiros.

8. VOCAÇÕES

Além do relevante aspecto histórico-cultural deste local, verifica-se como de grande benefício para a população de Lobato a implantação desta praça, que contribuirá para amenizar a enorme carência desta comunidade em termos de áreas livres especialmente urbanizadas para fins de lazer e recreação. Deve-se salientar ainda a invulgar vista panorâmica que se descortina deste local, tendo a Enseada dos Tainheiros em primeiro plano, emoldurada ao fundo pela península Itapagipana.

9. RESTRIÇÕES

O entrave à realização deste empreendimento resume-se basicamente às dificuldades para o equacionamento da questão da ocupação habitacional irregular instalada na área, que deverá ser necessariamente removida para outro local.

ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS

- Programa de relocação das habitações irregularmente instaladas na área verde do Loteamento Jardim Lobato, necessária para a implantação da praça;
- Estudo preliminar e projeto executivo de urbanização da área de entorno e da praça propriamente dita;
- Articulação com a PETROBRÁS para se definir o nível de colaboração desta empresa na consecução das obras e manutenção da área.

ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

SPE/SEPLAM - Coordenação das ações/Estudo preliminar de utilização da área.

SETHA - Relocação das habitações

FAEC - Projetos executivos

SPJ - Acompanhamento do projeto/Manutenção da área

3. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA

Os estudos e ações cuja realização ou participação estão sob responsabilidade da SEPLAM foram indicados no texto pelo símbolo (●).

O quadro apresentado a seguir ilustra o espaço de tempo necessário à SEPLAM para a realização das etapas de trabalho de sua competência.

PARQUES	PRAZO				
Abaeté					
Jaguaribe					
Mata dos Oitis					
da Cidade					
São Bartolomeu					
Monteiro Lobato					

30 dias